



Redes. Revista do Desenvolvimento Regional
ISSN: 1414-7106
ISSN: 1982-6745
revistaredes@unisc.br
Universidade de Santa Cruz do Sul
Brasil

PARRON PADOVAN, MILTON; BENITES PADUA GOMES,
JULIANA; SOARES DA SILVA PADOVAN, DENISE
Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul
Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol.
22, núm. 3, 2017, Septiembre-Diciembre, pp. 316-342
Universidade de Santa Cruz do Sul
Santa Cruz do Sul, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v22i3.5312>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552069590013>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul

MILTON PARRON PADOVAN

Embrapa Agropecuária Oeste

JULIANA BENITES PADUA GOMES

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

DENISE SOARES DA SILVA PADOVAN

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

RESUMO

Com este trabalho, objetivou-se conhecer e analisar aspectos inerentes à produção de alimentos sob bases agroecológicas no âmbito da agricultura familiar no Estado de Mato Grosso do Sul, de modo a caracterizar o atual cenário da produção orgânica no Estado, identificando as dificuldades deste segmento, bem como os possíveis meios e/ou ações que amenizem ou solucionem estas dificuldades, segundo a percepção dos agricultores. Para tanto, o estudo foi desenvolvido no período de 2012 a 2013, com 101 produtores orgânicos de 22 municípios de Mato Grosso do Sul, sendo realizadas entrevistas junto a cada produtor identificado. Os resultados mostraram que as principais dificuldades mencionadas são a falta de recursos financeiros para investimento e dificuldade no controle de pragas e doenças. Para tanto, os produtores indicaram a necessidade do fortalecimento da união entre eles e a necessidade de assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária como meios para solucionar grande parte das dificuldades enfrentadas. Assim, verificou-se que maior efetividade de políticas públicas para esse segmento pode gerar benefícios aos produtores, bem como mudanças positivas nesse cenário.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Produção de alimentos. Políticas públicas.

ORGANIC PRODUCTION IN THE CONTEXT OF FAMILY FARMING IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT

This work aimed to understand and analyze aspects related to food production under an agro-ecological basis in the context of family farming in the Mato Grosso do Sul state, in order to characterize the profile of the producers and the current scenario of organic

production and to identify difficulties in this segment as well as possible means and / or actions to mitigate or solve these difficulties, as perceived by farmers. Thus, the study was conducted in the period of 2012-2013 with 101 organic farmers in 22 municipalities of Mato Grosso do Sul and interviews were conducted with each identified producer. The results showed that the main difficulties mentioned are the lack of financial support for investments and difficulties in pest and disease control. However, farmers indicated the need for partnerships among farmers and claimed qualified, regular technical assistance would solve most of the established difficulties. Hence, it seems that greater effectiveness of public policies for organic agricultural can generate benefits to farmers as well as positive changes in this scenario.

Keywords: Sustainability. Food production. Public politics.

LA PRODUCCIÓN ECOLÓGICA EN EL CONTEXTO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN MATO GROSSO DO SUL

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo identificar y analizar los aspectos relacionados a la producción de alimentos en las bases agroecológicas dentro de la agricultura familiar en el estado de Mato Grosso do Sul, con el fin de caracterizar la situación actual de la producción orgánica en el estado, la identificación de las dificultades de este segmento, así como los posibles medios y/o acciones que mitiguen o solucionen las dificultades, según la percepción de los agricultores. Por lo tanto, el estudio se realizó en el período 2012-2013 con 101 productores orgánicos en 22 municipios de Mato Grosso do Sul, llevando a cabo entrevistas con cada productor identificado. Los resultados mostraron que las principales dificultades mencionadas son la falta de recursos financieros para la inversión y la dificultad en el control de plagas y enfermedades. Para los productores se indica la necesidad de fortalecer el vínculo entre ellos y la necesidad de la calidad y cantidad de servicios que son requeridos, como un medio para resolver la mayoría de las dificultades que enfrentan. Por lo tanto, se encontró que una mayor eficacia de las políticas públicas para este segmento puede generar beneficios a los productores, así como cambios positivos en este escenario.

Palabras clave: Sostenibilidad. Producción de alimentos. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Com a disseminação da agricultura industrial na década de 1960, a agricultura tradicional vem sofrendo mudanças na sua lógica de produção (CHALUB-MARTINS; SANTOS, 2010). A partir desse período, fixou-se um modelo de agricultura predominante que trouxe à tona um modelo de produção extremamente capitalista, o qual pouco considera as práticas ecológicas de produção. Dessa forma, crescentes mudanças se efetivaram no campo, que geraram diversos impactos ambientais e socioeconômicos (CHALUB-MARTINS; SANTOS, 2010; GUIMARÃES; MESQUITA, 2010; GAVIOLI; COSTA, 2011).

Contudo, em vista dos diversos problemas socioambientais provocados por este modelo intensivo/capitalista de produção, fortalece-se, entre meados de 1980 a 1990, a preocupação ambiental. Desde então, passa-se a discutir, no cenário mundial, a ideia de sustentabilidade e a defesa da agricultura familiar como segmento social fundamental na construção do desenvolvimento do meio rural

(GAVIOLI; COSTA, 2011). Com isso, a agricultura orgânica emerge como uma alternativa alinhada aos princípios sustentáveis de produção agrícola, pois visa à produção ecológica de alimentos, sendo também economicamente viável e socialmente justa (SANTOS; MONTEIRO, 2004).

Baseada em princípios agroecológicos, Barros e Silva (2010) enfatizam que a agricultura orgânica é caracterizada pela restauração da fertilidade do solo por meio de processos biológicos, procurando promover a saúde dos seres humanos e o equilíbrio ambiental sem a utilização de agroquímicos. Todavia, por mais que a agricultura orgânica privilegie métodos de produção mais sustentáveis, a representatividade da produção orgânica no Brasil ainda é baixa. Os números apresentados no último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) descortinaram a existência de 90.425 estabelecimentos com agricultura orgânica no País, o que corresponde a apenas 1,8% de todos os estabelecimentos identificados. No entanto, a agricultura familiar tem se destacado nessa atividade, sendo responsável por cerca de 70% da produção orgânica no País (TERRAZZAN; VALARINI, 2009).

Diante da baixa representatividade da agricultura orgânica no País, Rossetti e De Bem (2007) elencam alguns elementos que dificultam o avanço deste segmento no Brasil, tais como: baixo conhecimento científico e tecnologias em sistemas de cultivo agroecológico entre produtores e profissionais, limitação de mão de obra no meio rural, falta de máquinas e equipamentos apropriados, carência de pesquisas e programas governamentais para alavancá-las, falta de apoio governamental em reconhecer que há outras formas de produção diferente das convencionais, o que dificulta o desenvolvimento e a inserção da agroecologia em nível macro, assim como a situação financeira do agricultor e sua necessidade imediata de obtenção de renda, entre outros.

Em Mato Grosso do Sul, é possível identificar dinâmicas de duas naturezas na promoção da agroecologia. Uma delas é por meio de ações governamentais e outra gerada pela sociedade civil por meio de organizações de agricultores e de movimentos sociais, que trouxeram relevantes contribuições para o desenvolvimento da agroecologia no Estado (PADOVAN et al., 2005). Destaca-se também, nesse processo, o empenho de diversos agricultores no Estado que, por meio de associações e apoio de diversas entidades de pesquisa, extensão rural, organizações não governamentais, entre outras, buscam organizar-se em pequenos núcleos regionais. Essas iniciativas, constituídas sob a necessidade de criação de formas diferenciadas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, formam um importante ambiente propício à construção e socialização do conhecimento de forma participativa entre os integrantes de cada núcleo, maior proximidade entre técnicos e produtores, maior interação entre os agricultores do núcleo, dentre outros (PEDROSA; KOMORI, 2010). Dentre os avanços conquistados pelas diversas iniciativas, destaca-se a constituição de uma Rede Certificadora Participativa, que visa estruturar sistemas próprios de certificação de processos e produtos orgânicos em Mato Grosso do Sul de forma dinâmica e a custos acessíveis aos produtores familiares (KOMORI et al., 2007).

A criação de Escolas Famílias Agrícolas - EFAs, que atuam na formação e capacitação de jovens, filhos de agricultores familiares e indígenas, assim como a criação do Curso Superior Tecnológico em Agroecologia, oferecido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, no campus de Glória de

Dourados, representam importantes iniciativas que proporcionam maior capacitação, bem como maior possibilidade de fixação do jovem no campo (RAMOS, 2008; ANDRADE et al., 2010). Entretanto, em meio aos desafios inerentes à superação de processos burocráticos, como a falta de recursos (KOMORI et al., 2012), baixa disponibilidade de mão de obra e falta de conhecimento mais profundo do corpo docente sobre a agroecologia nas instituições de ensino (RAMOS et al., 2008), além das dificuldades existentes entre as famílias em superar os desafios da conversão agroecológica e participar das reuniões dos núcleos (NEVES et al., 2008), fazem com que tais iniciativas não avancem satisfatoriamente.

Desse modo, verifica-se que há iniciativas de produção orgânica em diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, porém pouco se conhece da realidade cotidiana dos agricultores envolvidos. Nesse contexto, desenvolveu-se este estudo com o objetivo de conhecer e analisar aspectos inerentes à produção de alimentos sob bases agroecológicas no âmbito da agricultura familiar no Estado de Mato Grosso do Sul. De modo específico, traçou-se o perfil dos agricultores a partir do atual cenário da produção orgânica no Estado, além de identificar as dificuldades do setor, bem como os possíveis meios e ações que amenizem ou solucionem essas dificuldades, segundo a percepção dos agricultores.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório com a utilização do método misto (método qualitativo e quantitativo). Conforme Gil (2009), as pesquisas exploratórias visam desenvolver familiaridade com o problema, explicitando-o e tendo planejamento flexível.

O estudo foi desenvolvido com agricultores familiares do Estado de Mato Grosso do Sul, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, o que possui área territorial de 357.145,836 km² e população de 2.449.024 hab. com densidade demográfica de 6,86 hab. Km⁻² (IBGE, 2014).

A lei federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, considera agricultor ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural, em que a área não exceda a quatro módulos fiscais, a mão de obra utilizada seja oriunda da própria família e a renda familiar seja originada dessas atividades (BRASIL, 2014a). É a partir dessa definição que se constitui a delimitação do objeto de pesquisa deste trabalho – os agricultores de base familiar.

Para calcular a amostra, foi utilizada a fórmula de amostragem sistemática descrita por Barbetta (1994), que descreve a continuação:

$$no = \frac{1}{Eo^2} \quad n = \frac{N \cdot no}{N + no}$$

Onde: N – tamanho (número de elementos) da população

n – tamanho (número de elementos) da amostra

no – uma primeira aproximação do tamanho da amostra

Eo^2 - erro amostral tolerável

Para a realização do cálculo aqui utilizado, foi considerada uma população de 321 agricultores (MAPA, 2012) que manejam suas propriedades sob bases

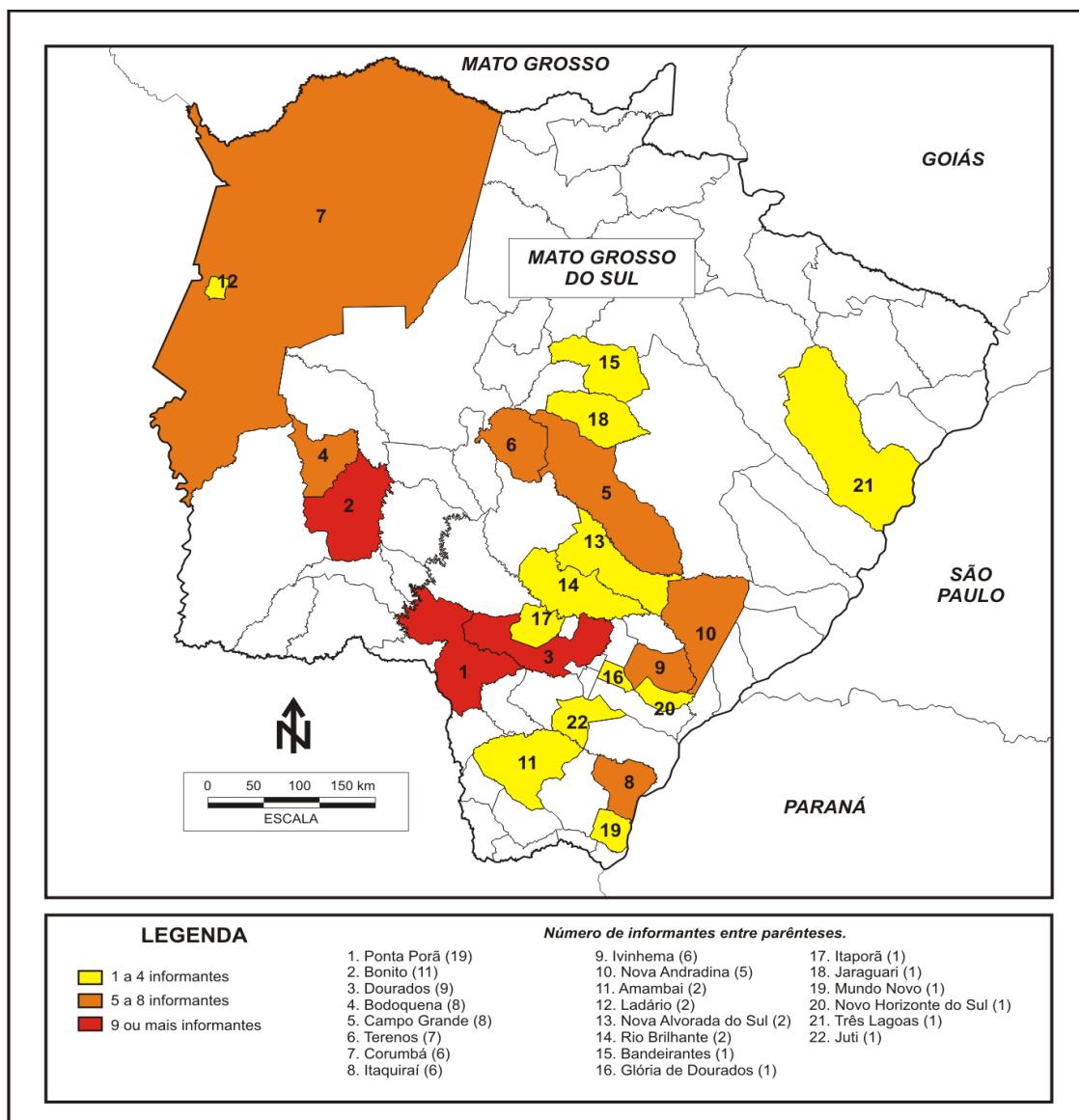
agroecológicas em Mato Grosso do Sul. O cálculo estatístico foi realizado com base em um erro amostral de 8,2%, constituindo-se em uma amostra de 101 produtores orgânicos. Além disso, foi utilizada a metodologia de amostragem *snowball sampling* (BAYLEY, 1994) para descobrir os possíveis informantes-chave. Esses informantes foram identificados por meio de colaboração da associação de produtores orgânicos; organizações não governamentais; movimentos sociais; Sebrae; instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão rural; outras organizações de agricultores (sindicatos, associações de comunidades rurais e cooperativas), Escolas Famílias Agrícolas, prefeituras municipais e agricultores.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado contendo questões abertas e fechadas, que foram realizadas junto a cada agricultor orgânico de base familiar identificado. Foram realizadas entrevistas durante o IV Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, bem como na 9ª Feira das Sementes Nativas Crioulas de Juti. Tais eventos possibilitaram a abordagem de produtores de diversas regiões do Estado. Paralelamente, foram realizadas visitas no Assentamento Itamarati no Município de Ponta Porã, Dourados, Bonito, Bodoquena e Campo Grande (parte destes oriundos de municípios circunvizinhos) em busca de experiências agroecológicas.

Com intuito de potencializar a pesquisa, também foi estabelecido arranjo com alguns profissionais da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (AGRAER - MS), bem como com alunos do curso de Especialização em Residência Agrária: Agroecologia, Produção e Extensão Rural, da Universidade Federal da Grande Dourados, que participaram na identificação de agricultores orgânicos, além de entrevistarem aqueles situados em seus municípios de origem, aumentando, assim, a capacidade operacional para a realização da pesquisa, uma vez que são oriundos de diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

A partir dos esforços empreendidos e arranjos estabelecidos, o estudo foi realizado entre o período de outubro de 2012 a novembro de 2013, envolvendo 101 produtores que manejam suas propriedades de acordo com princípios agroecológicos, oriundos de 22 municípios, conforme destaca a Figura 1.

Figura 1. Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul com destaque aos municípios participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado por Eder Comunello (2016).

Após a aplicação do instrumento de coleta de dados, as informações foram submetidas às etapas de seleção, codificação, tabulação e processamento eletrônico utilizando-se o software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* (MARTINEZ; FERREIRA, 2007). A análise e a interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, sendo também utilizadas técnicas de análise tabular e gráfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da pesquisa, foram identificadas 205 pessoas que atuavam diretamente com a produção orgânica nas 101 unidades de produção visitadas, conforme demonstrado na tabela 2. A partir desses dados, observou-se que grande parte dessas pessoas possui baixo nível de escolaridade, sendo 3,9% analfabetas e

52,68% não concluíram o Ensino Fundamental. Já aquelas que concluíram o ensino superior totalizam 9,76%. O baixo nível de escolaridade é uma realidade bastante presente no meio rural, em especial quando se trata de agricultores familiares. Conforme estudos de Mazzoleni e Nogueira (2006), Silva e Costa (2012), Silva e Mendes (2012), os índices de produtores familiares que não concluíram o Ensino Fundamental ultrapassaram 50%. Em virtude da baixa escolaridade, os agricultores tendem a ter mais dificuldades no acesso à informação, assim como na busca por alternativas e inovações no processo produtivo. Segundo Andrade, Souza e Silva (2013), essa condição restringe o acesso ao conhecimento, que, por sua vez, diminui a capacidade de resiliência dos agricultores.

Tabela 1. Faixa etária e escolaridade de membros de famílias de agricultores envolvidos na produção orgânica em Mato Grosso do Sul em 2013

Faixa etária (anos)	Escolaridade em (%)							
	A	EFI	EFC	EMI	EMC	ESI	ESC	Total
0 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-
11 a 20	-	2,93	0,49	2,93	2,44	-	-	8,78
21 a 30	-	1,95	-	0,49	3,90	0,98	1,95	9,27
31 a 40	0,49	10,24	0,98	0,49	3,41	0,49	0,98	17,07
41 a 50	1,46	14,63	2,93	3,90	3,90	0,98	3,41	31,22
51 a 60	0,98	17,56	0,49	0,98	1,46	1,46	2,44	25,37
Mais de 60	0,98	5,37	-	-	0,49	0,49	0,98	8,29
Total (%)	3,90	52,68	4,88	8,78	15,61	4,39	9,76	100,0

A – Analfabeto **EFI** – Ensino Fundamental Incompleto **EFC** – Ensino Fundamental Completo **EMI** – Ensino Médio Incompleto **EMC** – Ensino Médio Completo **ESI** – Ensino Superior Incompleto **ESC** – Ensino Superior Completo.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Observa-se que a maioria das pessoas envolvidas no processo produtivo possui certa maturidade relacionada à sua experiência de vida, já que mais de 60% dos agricultores têm idade superior a 40 anos. Os agricultores de 41 a 50 anos representam 31,22%, e aqueles com idade entre 51 a 60 anos somam 25,37% da população, enquanto apenas 18% têm idade até 30 anos. Em análise semelhante realizada por Storch et al. (2004) na Região Sul do Rio Grande do Sul, constatou-se que 65% dos produtores agroecológicos tinham mais de 35 anos. Vásquez, Barros e Silva (2008), em estudo realizado em Cajazeiras-PB, constataram idade média de 53 anos entre os produtores orgânicos analisados. Nota-se, assim, a baixa atuação do jovem no processo produtivo, o que demonstra o desinteresse da juventude pela atividade agrícola (STORCH et al., 2004). Essa realidade remete a um dado alarmante, visto a necessidade do processo de sucessão no campo, bem como maior apoio à permanência do jovem no meio rural para que esta realidade possa ser revertida.

Dentre os agricultores entrevistados, 49% declararam-se como orgânicos, sendo que, para 8%, essa condição é atribuída principalmente por possuírem a

certificação orgânica da produção. Os demais indicaram essa condição por não utilizarem insumos químicos nos cultivos ou por respeitarem todas as práticas preconizadas na produção orgânica. No entanto, entre os 51% dos agricultores que se consideram em transição, 32% deles mencionaram a grande dificuldade em utilizar integralmente todas as práticas de base agroecológica.

Segundo esses agricultores, um dos maiores problemas é a dificuldade de acesso aos insumos orgânicos. Isso porque alguns precisam buscar determinados produtos fora de suas propriedades ou acabam substituindo-os por insumos químicos. Para 7% desses agricultores, a falta da certificação é o único motivo pelo qual não se consideram produtores orgânicos. Já o restante dos agricultores mencionou a circunvizinhança com cultivos convencionais em suas áreas e a falta de conhecimento técnico no manejo orgânico como sendo os principais fatores por estarem ainda em fase de transição agroecológica.

Por outro lado, 70% dos agricultores entrevistados já produziram alimentos utilizando o modelo de agricultura convencional. E foram justamente esses que mais encontraram dificuldades na transição para o modo agroecológico, devido à necessidade de mudanças no manejo, que nem sempre tem o acompanhamento necessário por agentes técnicos. Khatounian (2001), nesse sentido, argumenta que a fase de conversão costuma ser mais difícil se estiver focada apenas em atender às normas da produção orgânica, restringindo-se a constituir sistemas caracterizados pela substituição de insumos proibidos por insumos tolerados. Assim, torna-se estratégico que os agricultores adotem todos os princípios preconizados pela agroecologia quando se propõem a substituir as práticas convencionais.

Os agricultores que sempre atuaram na agricultura, de acordo com os preceitos agroecológicos em seus agroecossistemas, totalizaram 30%. Para esse grupo, essas experiências já eram vivenciadas desde a infância, quando a disponibilidade e autonomia por insumos eram asseguradas pelo próprio ambiente, por meio do uso de adubos, biofertilizantes ou repelentes de forma natural. O desejo de permanecer seguindo preceitos da agroecologia, assim como promover o resgate da agricultura tradicional a fim de praticar uma agricultura mais sustentável, foi considerado entre estes agricultores como uma necessidade importante.

Ressalta-se que é fundamental que ideais como esses sejam valorizados em nossa sociedade, sobretudo quanto à formação dessa consciência. Nesse sentido, no campo do ensino, Melo e Cardoso (2011) enfatizam que a agroecologia deve ser utilizada de maneira transdisciplinar devido a essa possibilidade temática permitir a abordagem de diferentes variáveis, como sociais, econômicas e ambientais.

Um estudo realizado por Flores et al. (2009), que investigou as características sociais de produtores orgânicos da Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO - RJ, verificou que, dentre os 156 produtores pesquisados, 82% indicaram alguma experiência com agricultura convencional, 25% já tiveram alguma convivência com agricultura orgânica, sendo apenas 17% sem nenhuma experiência com a agricultura convencional. Desse modo, verificou-se que grande parte dos agricultores que produzem atualmente na agricultura orgânica já tiveram contato com insumos industrializados e as facilidades que eles podem proporcionar no manejo de agroecossistemas.

Diferentemente do sistema convencional, a agricultura orgânica é praticada por uma minoria de agricultores e adeptos que em geral não concordam com o modelo de produção agrícola industrial predominante e seus impactos, sobretudo

em relação aos insumos. Além disso, o modo orgânico de cultivo é visto como uma prática alternativa na qual o agricultor passa a preparar seus insumos com recursos locais. Esses, por sua vez, levam maior tempo para estar em condições de uso ou até mesmo realizar o efeito desejado na planta quando comparados a insumos artificiais. Esse processo, que pode significar retorno em longo prazo, não atende aos anseios imediatistas das formas convencionais. Assim, verifica-se que quanto menor o contato com métodos convencionais de cultivos, maiores são as possibilidades de conversão agroecológica de cada agricultor.

Com relação aos fatores que motivaram a opção pela agricultura orgânica como modo de produção pelos agricultores, a Tabela 3, abaixo, demonstra que, para 49% dos entrevistados, a escolha pelo manejo orgânico é resultado do interesse em consumir alimentos saudáveis, 19% mencionaram o interesse pela supressão do uso de agroquímicos devido à existência de casos de contaminação do solo, da água e do ser humano pelo uso de agrotóxicos em experiências anteriores. A redução do custo de produção foi indicada por 17% dos agricultores e 15% destacaram o interesse em cultivar e comercializar alimentos mais saudáveis.

Tabela 2. Fatores que motivaram o interesse de agricultores familiares de Mato Grosso do Sul a aderirem à produção orgânica

Descrição	Percentual
Interesse em consumir alimentos mais saudáveis	49%
Interesse pela supressão do uso de agroquímicos	19%
Redução do custo de produção	17%
Interesse em cultivar e comercializar alimentos mais saudáveis	15%
Influência de terceiros	8%
Melhoria do equilíbrio do ecossistema	7%
Promover a segurança alimentar	6%
Interesse no mercado de produtos orgânicos	5%
Possibilidade de recuperação ambiental	5%
Busca por alternativas de produção mais sustentáveis	4%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em estudo realizado por Loss e Romagnha (2008), no Município de Santa Teresa/ES, constatou-se que o grupo aderiu à agricultura orgânica devido aos benefícios trazidos ao meio ambiente e à saúde. Saquet, Souza e Santos (2010) também constatam em suas análises que consumir alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos é o principal motivo que levou os agricultores de Itapejara d’Oeste/PR a aderirem à produção orgânica.

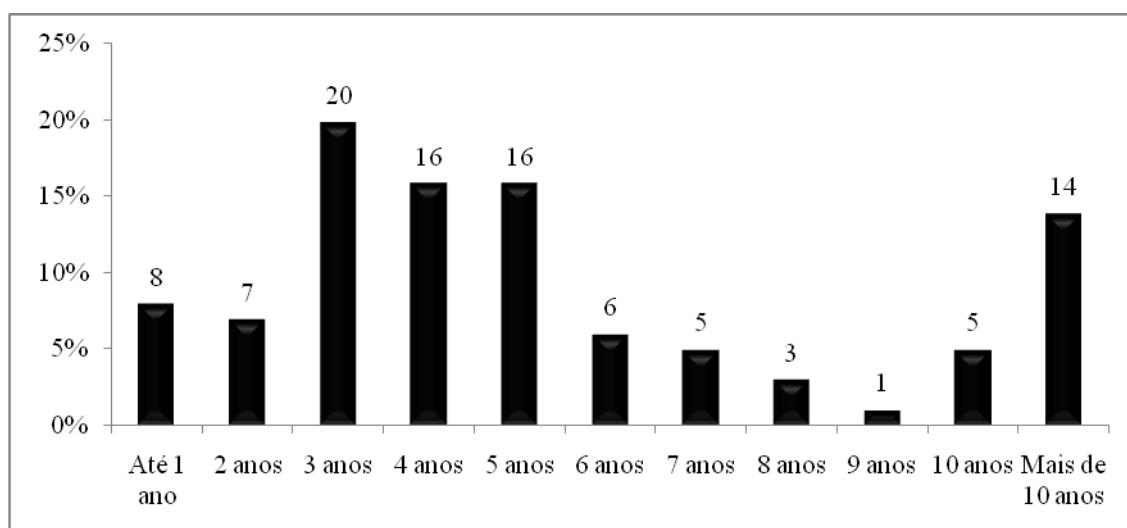
Nesse sentido, percebe-se o empenho de parte dos agricultores por uma lógica diferente da produção predominante, que possibilita benefícios não somente para si, mas também para todo o contexto social e ambiental em que estão inseridos. Para agricultores que possuem o processo agroecológico conscientemente internalizado, entende-se que ganhos financeiros não são os principais objetivos desse processo, mas, sim, a consequência deste esforço.

Dentre os demais fatores que motivaram os agricultores a optarem pela produção orgânica ou transição agroecológica, destacam-se: preocupações concernentes à questão ambiental e sustentabilidade, promoção da segurança

alimentar, interesse no mercado desses produtos, bem como a inserção no sistema orgânico devido à influência de outras pessoas.

Conforme consta no gráfico da Figura 2, abaixo, a maioria dos agricultores entrevistados possui até cinco anos de experiência com manejo orgânico, sendo que 20% deles estão há três anos lidando com estas práticas, 16% disseram atuar há quatro anos e outros 16% atuam há cinco anos. Vinte por cento dos agricultores adotam as práticas orgânicas ou de base agroecológica entre 6 a 10 anos e apenas 14% dos demais entrevistados disseram que aderiram à agricultura orgânica há mais de 10 anos. Em levantamento semelhante na região da grande Florianópolis/SC, Altmann e Oltramari (2004) identificaram tempo médio de 4,1 anos de atuação dos agricultores na produção orgânica.

Figura 2. Período em que os agricultores de base familiar praticam a agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul



Fonte: Resultados da pesquisa.

Ainda que, no Estado de Mato Grosso do Sul, as primeiras iniciativas de apoio à difusão das práticas de base agroecológica tenham ocorrido há pouco mais de 10 anos, assim como o reconhecimento governamental ao emitir os decretos e leis voltados para este segmento, constata-se pouca representatividade de agricultores que tenham permanecido neste processo durante todo este período. Devido à complexidade de implantação e manutenção de agroecossistemas diversificados em bases agroecológicas, percebe-se resistência por parte de muitos agricultores na adesão, assim como a sua permanência diante das dificuldades existentes entre os agricultores que aderiram à produção orgânica.

De acordo com análises de Bastian e Dal Soglio (2009), apesar de os agricultores familiares serem favoráveis às práticas agroecológicas, as motivações para a transição efetiva encontram-se condicionadas às inseguranças quanto à viabilidade de produção e comercialização, o que poderia comprometer a sobrevivência destas famílias. Assim, os agricultores preferem continuar com a produção convencional a migrar/voltar para a transição agroecológica.

Alguns estudos de Wollni e Andersson (2014), no Estado de La Paz em Honduras, verificaram que os agricultores que tiveram acesso a um trabalho de

extensão têm maior probabilidade de adotar a agricultura orgânica. Isso fornece evidências para a existência de repercussões positivas de conhecimento, ou seja, os agricultores se beneficiaram de uma maior disponibilidade de informações em sua localidade, de forma que a troca informal do conhecimento entre os vizinhos passa a ser um fator determinante para o compartilhamento de tecnologias. Assim, torna-se de fundamental importância o fortalecimento de políticas públicas a fim de prover maior apoio e segurança aos produtores, sobretudo para que estes não desistam destas iniciativas, o que, consequentemente, poderia comprometer o nível de oferta futura de produtos orgânicos, em que apenas consumidores financeiramente e culturalmente privilegiados teriam acesso a este mercado.

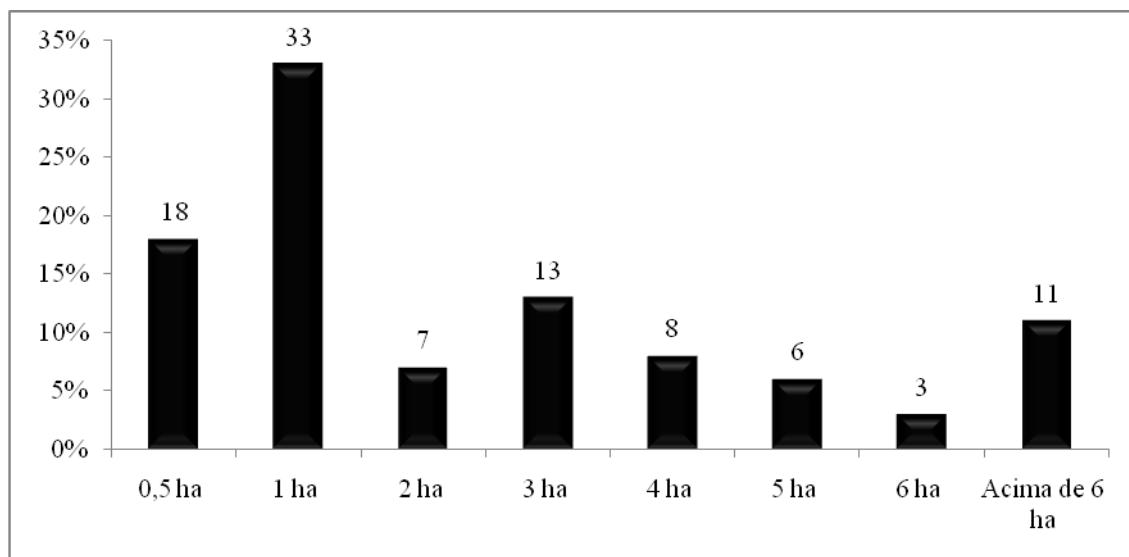
Nesse sentido, existem algumas linhas de crédito destinadas à agricultura familiar vinculadas ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com o objetivo de incentivar a transição para um modelo de produção agrícola mais sustentável, tais como o Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf Eco. Em complemento a essas políticas públicas, para favorecer a transição agroecológica também é essencial a integração com políticas voltadas à assistência técnica, apoio à comercialização dos produtos, melhoria da infraestrutura rural, bem como o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias mais harmônicas com o meio ambiente (AQUINO, 2009). Em suma, observa-se a necessidade de esforços de vários elementos que compõem essa cadeia para que ocorram os efeitos desejados pelas políticas públicas, que resultem em reais benefícios aos produtores.

Por meio das análises, identificou-se uma área total de 1.198,5 ha pertencentes aos produtores entrevistados, sendo que 25% (ou 296,2 ha) são destinados à produção orgânica. A área média das propriedades é de 12 ha e cerca de 6% dos produtores possuem áreas acima de 30 ha, sendo que a maior área identificada foi de 40 ha.

Mediante os dados obtidos, observou-se que a maioria dos produtores reserva pequenas áreas ao cultivo orgânico. Sobretudo porque, de acordo com as especificidades das diversas culturas, não se torna possível ao produtor e sua família conseguir manejá-la totalidade de suas áreas disponíveis na propriedade, forçando-o à limitação da área de plantio. As áreas de agricultura orgânica no Brasil são normalmente pequenas quando comparadas ao total de áreas cultivadas no País. Contudo, Darolt (2002) enfatiza que o crescimento da demanda anual estimado em 30% pode constituir futuramente uma participação maior deste setor no mercado de alimentos.

Em Mato Grosso do Sul, verificou-se que 18% dos produtores utilizam apenas 0,5 ha de sua área para o cultivo orgânico e 33% destinam 1 ha, ou seja, 51% dos produtores destinam até 1 ha de suas áreas para o cultivo orgânico (Figura 3). Nesse sentido, cabe destacar que, por conta de algumas limitações existentes na agricultura familiar, tais como: falta de crédito compatível com a atividade, maior necessidade de mão de obra, carência de assessoria técnica, entre outros, fazem com que sejam utilizadas menores áreas pelos produtores.

Figura 3. Tamanho das áreas destinadas ao cultivo orgânico no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul

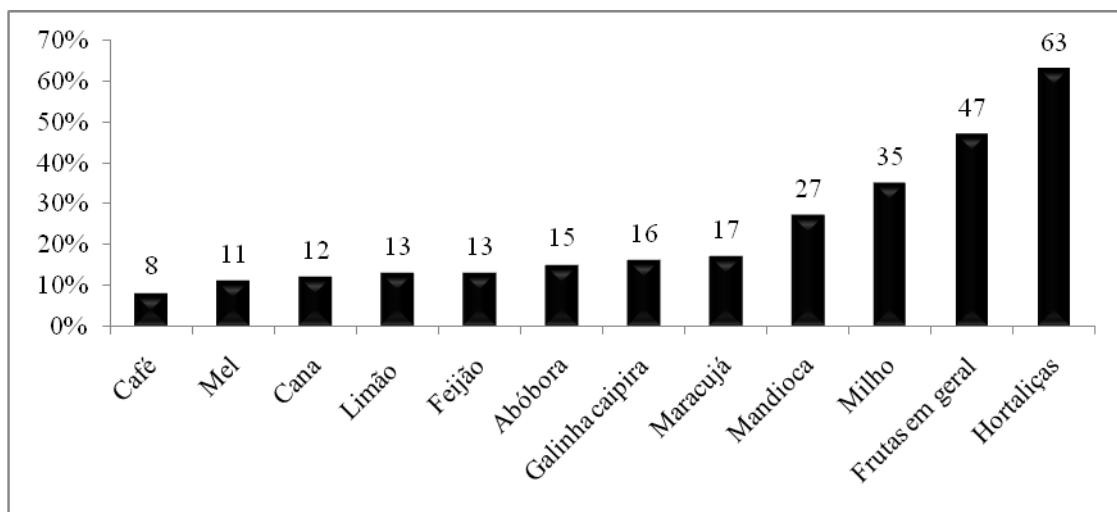


Fonte: Resultados da pesquisa.

Em estudo semelhante, Teixeira et al. (2009) destacam que a utilização de pequenas áreas se deve a diversos fatores. No entanto, a ausência de máquinas agrícolas apropriadas às pequenas propriedades, assim como a existência de dificuldades para sua aquisição e a necessidade de maior mão de obra para o manejo das unidades de produção, são os principais fatores que limitam a maioria dos produtores a utilizarem áreas maiores.

Neste estudo realizado em Mato Grosso do Sul, os produtores que declararam ocupar maior espaço de suas áreas possuem o sistema de produção mais diversificado, sendo comuns os quintais agroflorestais compostos por ampla variedade de espécies frutíferas nas unidades de produção. Constatou-se, também, a presença de maiores espaços destinados para pastagem e criação de animais, principalmente bovinos. Foi verificado ainda ampla diversidade na produção entre os estabelecimentos visitados. Conforme consta no gráfico da Figura 4, os principais produtos produzidos nas propriedades sob o manejo orgânico em Mato Grosso do Sul são: hortaliças (63%), frutas em geral (47%), milho (35%), mandioca (27%), maracujá (17%), galinha caipira (16%), abóbora (15%), feijão (13%), limão (13%), cana (12%), mel (11%) e café (8%). Esse resultado evidenciou a diversidade de produtos produzidos pela agricultura familiar, corroborando dados obtidos por Teixeira et al. (2009), em levantamento realizado em Pelotas-RS, junto às famílias ligadas à Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul - Arpasul, que apontou as hortaliças, o milho, o feijão e a mandioca como sendo os principais produtos produzidos.

Figura 4. Principais produtos produzidos nas propriedades conduzidas sob manejo orgânico no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul



Fonte: Resultados da pesquisa.

Em estudo de Martinez e Peil (2010), envolvendo produtores agroecológicos da Cooperativa Sul Ecológica, com sede em Pelotas-RS, verificou-se que dentre os dez produtos cultivados em maior volume pelos associados, sete são produtos classificados como hortaliças. Assim, somam-se a estes o arroz e o feijão, que são alimentos básicos, e também a batata doce, que, segundo os autores, é muito comum em pequenas propriedades. Desse modo, verifica-se que a diversificação da produção, além de ser uma postura fundamental para o equilíbrio ecológico, tão importante aos sistemas agrícolas, também é considerada uma estratégia para geração contínua de renda pelos agricultores familiares ao longo do ano, isso levando em consideração a sazonalidade de produção de cada espécie cultivada. Assim, a diversidade de cultivos nas unidades de produção diminui os riscos de frustrações decorrentes de adversidades climáticas, além de possibilitar a oferta de diferentes opções ao mercado consumidor.

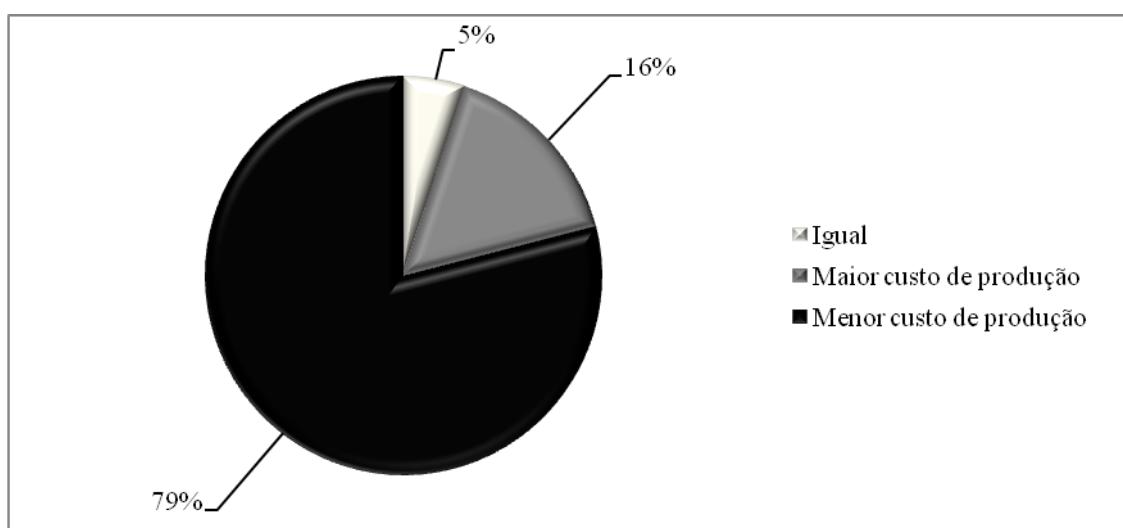
Considerando a possibilidade do aumento da produção orgânica por conta de demanda, 20% dos agricultores familiares pesquisados afirmaram não ter interesse em aumentar a produção futuramente, especialmente devido à falta de mão de obra e indisponibilidade de áreas. Entre os agricultores que demonstraram interesse pelo aumento de produção futura, 53% buscam este incremento devido ao aumento da renda familiar, e 40% querem ampliar a produção devido à alta demanda existente no mercado. Os demais agricultores também priorizaram a formação de estoque para posterior comercialização, interesse pela fixação da família no campo, otimização do uso do solo com implantação de maior diversidade na área, assim como aumento da oferta de produtos orgânicos.

Estudos de Parry et al. (2013) realizados no Município de Belém-PA, apontam que a opção pela ampliação das áreas de manejo orgânico ocorreram devido ao aumento da demanda que tem propiciado incremento na renda dos agricultores. Segundo os autores, esse aumento obtido tanto na oferta como na renda tem impactado na adoção de novas tecnologias para melhorar a produção, bem como na maior autonomia dos agricultores para montar a infraestrutura em feiras, o que somente era possível mediante apoio de entidades públicas. Outro elemento de

destaque no aumento da produção orgânica é a criação dos mercados institucionais para viabilizar as vendas pela agricultura familiar, estimulando, assim, a ampliação da produção e melhoria na comercialização em diversas localidades, entre elas: Sergipe, destacado por Chmielewska, Souza e Lourete (2010).

O gráfico da Figura 5, que diz respeito ao custo de produção, demonstrou que, para 79% dos agricultores, a utilização da agricultura orgânica torna o processo produtivo mais barato. Os agricultores estimam que a redução de custos varia entre 20% e 80% se comparado à agricultura convencional. Outros estudos realizados em diferentes regiões do País concluem sobre a eficiência econômica da produção orgânica se comparada à convencional.

Figura 5. Comparativo do custo de produção do sistema de produção orgânica em relação ao convencional, segundo a ótica dos agricultores no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, em 2013



Fonte: Resultados da pesquisa.

Os dados a seguir apontam algumas relações entre custo-benefício na produção de orgânicos. Em um estudo envolvendo a cultura do tomateiro, Luz et al. (2007) constataram que o cultivo orgânico apresentou custo de produção 17,2% menor que o convencional. Donadelli et al. (2012) constataram índice de lucratividade de 60,74% e margem bruta de 154,74% em cultivo orgânico de morango; já no cultivo convencional, o índice de lucratividade de foi 49,46% e a margem bruta de 97,88%. Souza e Garcia (2013) identificaram custo de produção de hortaliças orgânicas 8% menor que as convencionais, sendo a receita líquida com a maioria das olerícolas cultivadas em sistema orgânico superior ao convencional.

No estudo realizado em Mato Grosso do Sul, os agricultores salientam que é possível viabilizar a produção orgânica com menor custo em decorrência da utilização de insumos provenientes da unidade de produção (principalmente materiais orgânicos), da preparação de receitas caseiras à base de plantas para controlar pragas e doenças nas lavouras e da produção de sementes na propriedade, o que reduz a necessidade de aquisição de insumos externos.

Os menores custos de produção e os preços mais estáveis dos produtos orgânicos no mercado contribuem para a maior rentabilidade quando comparados aos convencionais, possibilitando aos agricultores a conquista de melhorias na

qualidade de vida, o que contribui para a permanência do processo produtivo em harmonia com o meio ambiente. Esse processo também contribui para a capitalização e inserção dos agricultores em uma economia de mercado mais justa (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006; ALENCAR et al., 2013).

No entanto, o preço dos alimentos orgânicos é considerado um fator limitante para o seu consumo, como constatado em diversos estudos (VILLAS BOAS et al, 2006; DELLA LUCIA et al. 2007; VÁSQUEZ, BARROS, SILVA, 2008). Souza e Alcântara (2003) enfatizam que, no mercado de produtos orgânicos, não existe um parâmetro definido para o estabelecimento de preços, mas sabe-se que as estratégias de atribuição de preços variam amplamente de acordo com o estabelecimento comercial. Em grandes redes varejistas, por exemplo, o sobrepreço cobrado em relação aos produtos convencionais é elevado, enquanto nas feiras de produtos orgânicos esta diferença é reduzida.

Nesse sentido, alguns elementos justificam o sobrepreço em produtos orgânicos, como a diferenciação destes alimentos frente aos convencionais ao se tratar de produtos que respeitam todas as normas de produção, legislação trabalhista e ambiental, o que é garantido pela certificação. Outro quesito é o período de conversão da área e a barreira de isolamento para vizinhos (produtores convencionais), bem como a relação existente entre a produtividade e a escala de produção que, muitas vezes, são menores em cultivos orgânicos em relação aos convencionais (TIVELLI, 2012). Diante desses fatores, verifica-se a necessidade da compreensão pelos consumidores referente a esta realidade, visto que o sobrepreço pago pelos produtos orgânicos está remunerando a responsabilidade ambiental dos produtores, equidade social das famílias envolvidas e a garantia da aquisição de produtos sem resíduos químicos, o que lhe proporcionará mais saúde, bem-estar e maior qualidade de vida.

No entanto, 16% dos agricultores entrevistados em Mato Grosso do Sul indicaram maior custo na produção orgânica, uma vez que em suas unidades de produção demandam maior mão de obra, devido à necessidade de realizar pulverizações e capinas com maior frequência. Santos e Monteiro (2004) também constataram maiores custos de produção na agricultura orgânica devido à demanda maior de mão de obra e alguns insumos, bem como devido à produção em baixa escala.

Nesse contexto, o baixo nível de conhecimento das práticas a serem adotadas também torna-se um fator que contribui para aumentar os custos de produção, pois o manejo inadequado na produção orgânica pode resultar em perdas aos agricultores. Freitas (2002) explica que a agricultura orgânica pode reduzir custos e ser tão rentável quanto o sistema convencional ou superior. Porém, é essencial que os agricultores invistam na compreensão das práticas e processos preconizados pela agricultura orgânica para otimizá-los e obter melhores resultados. Por fim, o estudo realizado em Mato Grosso do Sul mostrou que apenas 5% dos agricultores familiares consideram que o custo para a produção orgânica é semelhante ao da agricultura convencional.

Desse modo, torna-se evidente que no sistema de produção orgânica as operações manuais e os insumos, além de conhecimento técnico, são elementos diferenciais neste processo. Com isso, frisa-se a importância da adoção das práticas agroecológicas no contexto da agricultura familiar, sobretudo no sentido de potencializar o uso da mão de obra familiar e dos recursos endógenos nas unidades

de produção, pois, assim, a produção orgânica pode alcançar maiores níveis de competitividade, gerando maior rentabilidade aos produtores. Para que a agricultura familiar possa produzir maior quantidade de alimentos e com melhor qualidade, torna-se indispensável a atuação proativa da assistência técnica neste processo. Desse modo, serviços de assistência técnica e extensão rural, quando bem estruturados e fortes, são capazes de transferir as tecnologias geradas pela pesquisa aos agricultores, possibilitando o emprego de novas dinâmicas nas formas de produção, contribuindo na promoção do desenvolvimento rural (LOMBA; SILVA; FILOCREAQ, 2013).

Assim, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER vêm sendo aprimorados para estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, tendo como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias por meio da adoção de uma agricultura de base ecológica, assim como a promoção de ações voltadas a apoiar o cooperativismo e associativismo, além de assessoramento em diversas fases das atividades econômicas, como a gestão de negócios, produção, mercado, entre outras (BRASIL, 2014b). Diante da importância da assistência técnica no meio rural, sobretudo para pequenas propriedades, o Estado de Mato Grosso do Sul conta com a presença da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Agraer. Essa entidade pública é responsável por diversas atribuições que visam apoiar o desenvolvimento rural no Estado, principalmente o atendimento aos produtores de base familiar. No entanto, constatou-se que 45% dos agricultores não recebem assistência técnica. Os agricultores salientam que essa realidade é vivenciada devido à maior atenção dada pelo governo aos segmentos do agronegócio em maior escala em detrimento da agricultura de base familiar, deixando de priorizar investimentos na ATER. Parte dos agricultores também acredita que a falta de profissionais capacitados na área da agroecologia pode ser um dos principais motivos pela ausência da assistência técnica qualificada.

Dentre os agricultores que recebem assistência técnica, 17% indicaram que recebem eventualmente visitas técnicas de agentes da Agraer em suas áreas, mas em muitas vezes, esta assistência não consegue atender todas as demandas dos agricultores; 13% dos agricultores, grupo este estabelecido no Assentamento Itamarati no Município de Ponta Porã - MS recebem assistência técnica subsidiada pela Congregação das Irmãs de São José. Esse grupo de religiosas atua no assentamento, com o objetivo de trabalhar nas comunidades e formar grupos para que os assentados possam se organizar e se fortalecer, a fim de atrair melhorias às famílias quando os órgãos vinculados à questão agrária não conseguem por si só realizar estas funções. Os demais agricultores entrevistados indicaram a presença de visitas técnicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, prefeituras e também de associações e cooperativas das quais fazem parte.

Os agricultores que participam de alguma organização social vinculada à produção orgânica, seja por meio de cooperativa ou associação, corresponde a 45% do total. Dentre esses agricultores, 56% participam da Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS, sediada no Município de Glória de Dourados. Porém, seus associados são agricultores familiares que se dedicam à produção em bases agroecológicas em diversas regiões do Estado. Outra

organização de relevante expressão é a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande-MS-Organocoop, sediada na cidade de Campo Grande - MS.

Dentre as demais organizações acessadas pelos produtores, destacam-se a Cooperativa do assentamento Santa Olg - Coopaoalga, Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Estado de Mato Grosso do Sul - Coopernatu, grupo de produtores orgânicos de Ivinhema-Organovale e Associação de Produtores Rurais em Economia Solidária do Assentamento Santa Mônica - Assol. Segundo os agricultores, essa participação é importante por vários fatores, entre eles, a socialização de informações e insumos, o que gera emprego de metodologias de controle social de intercâmbio entre os agricultores, facilitando o aprendizado mútuo com as experiências vividas, viabilização do acesso a políticas públicas, possibilidade de participação em instâncias de deliberação como a Comissão Estadual da Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul - CEPOrg-MS, bem como possibilidade de agregação de valor aos produtos, da formação do capital social entre os cooperados, sobretudo pela obtenção de assistência técnica.

No âmbito da agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas é abordada pela literatura como uma importante estratégia para apoiar a produção, a organização da produção, a agregação de valor e comercialização dos produtos, tendo gerado muitos benefícios a estes atores (PIRES, 2003). Para Nazzari et al. (2007), ambientes que preservam valores sociais, assim como forte presença do associativismo, com desempenho institucional eficaz e envolvimento comunitário, podem coligar estilos mais adaptáveis de cooperação e valorização da cultura local, com consequente melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

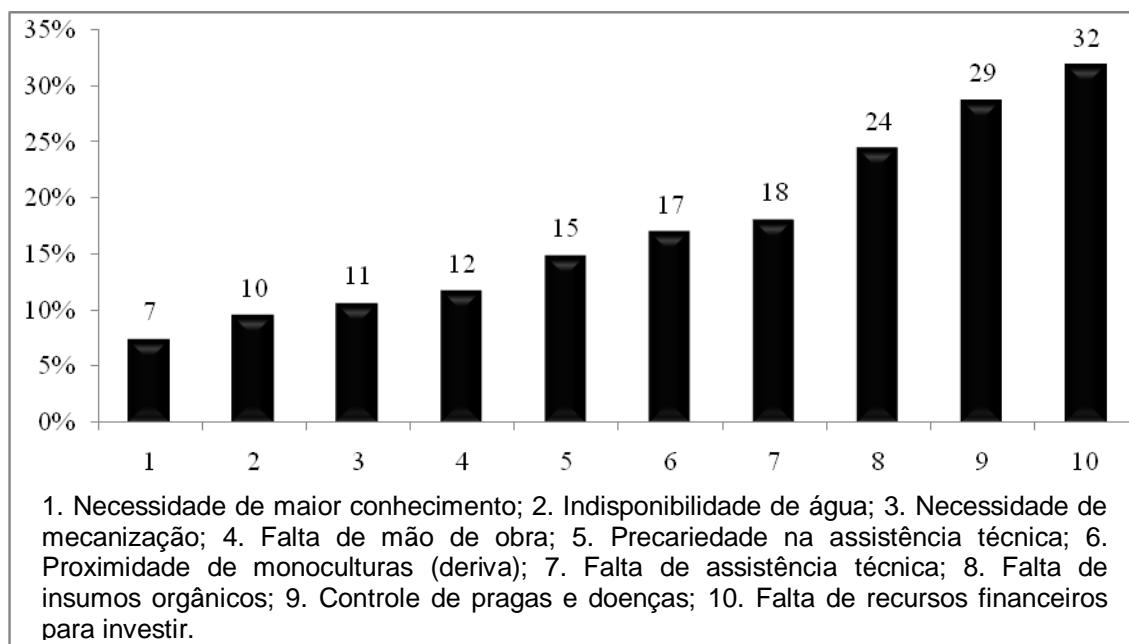
Em estudo realizado por Meira e Candiotto (2009) sobre a trajetória de criação e desenvolvimento da Associação de Produtores Agroecológicos de Verê-PR - Apave e da feira de produtos orgânicos de Francisco Beltrão-PR, bem como suas estratégias da organização, constatou-se que, em ambos casos estudados, a integração e organização dos agricultores agroecológicos foram fatores decisivos para impulsionar a produção de base agroecológica. Para os agricultores, a organização coletiva ajuda a superar os problemas e a difundir e consolidar práticas e experiências bem sucedidas em prol da agroecologia. Assim, percebem-se vantagens significativas aos agricultores que se inserem nesses processos organizacionais, trazendo melhorias para a atividade individual, assim como para todo o grupo, visto a possibilidade do fortalecimento do capital social. Entretanto, os resultados de iniciativas como essa não alcançam aqueles agricultores que preferem atuar de maneira isolada, ou que não se envolvem em algum tipo de associação em sua localidade.

Embora haja casos bem sucedidos de associativismo e cooperativismo, existem algumas entidades que acabam por não satisfazer os interesses de alguns agricultores. Sobre isso, Kahwage (2006) apontou que, devido à má gestão de lideranças da associação local, grande parte dos agricultores familiares não se encontrava satisfeita com a forma de atuação e com o desempenho dessas pessoas na associação, sendo que uma quantidade expressiva de agricultores nem fazia parte da entidade. A autora se referiu aos produtores de uma comunidade de Igarapé-Açu/PA. Nessa mesma perspectiva, Sangalli e Schlindwein (2013) também identificaram situação semelhante no Assentamento Lagoa Grande, em Dourados-MS. As autoras constataram queixas de grande parte dos agricultores acerca de

atuações inexpressivas da associação ou particularidade das lideranças que estão à frente da entidade. Essa realidade pode interferir na credibilidade dessas instituições junto aos agricultores, podendo levar ao afastamento ou desinteresse desses por tais iniciativas, o que pode resultar em perdas a esses atores. Nesse contexto, cabe destacar a importância da participação ativa dos agricultores nessas organizações visando, sobretudo, o bem coletivo e o fortalecimento do capital social em meio a algumas condições de deficiências a serem reparadas.

Sobre as principais dificuldades existentes na produção orgânica no Estado de Mato Grosso do Sul, os agricultores destacaram a falta de recursos financeiros para investir (32% dos agricultores), controle de pragas e doenças (29%), falta de insumos orgânicos (24%), falta de assistência técnica (18%) e proximidade de monoculturas (deriva de agrotóxicos) (17%), conforme apresentadas na Figura 6.

Figura 6. Dificuldades na produção orgânica destacadas por agricultores familiares em Mato Grosso do Sul



Fonte: Resultados da pesquisa.

Outros aspectos que dificultam o desenvolvimento da agricultura orgânica no estado apontados pelos agricultores são: falta de sementes orgânicas ou crioulas, necessidade por tecnologias específicas para a agricultura familiar, burocracia demasiada para acessar créditos, ausência de incentivos aos agricultores voltados à viabilização de subsídios (insumos orgânicos, aquisição de máquinas e equipamentos para mecanização com juros menores), além da necessidade de maior apoio para os produtores que estão iniciando o processo de conversão. Foram mencionadas também a necessidade de recurso financeiro destinado a melhorias na estrutura.

Alguns desconheciam a existência de políticas de crédito, tais como: Pronaf Agroecologia ou Pronaf Eco, que viabilizam créditos especiais voltados para o produtor agroecológico. Para Weid (2006), a restrita demanda por essas modalidades de crédito podem ser atribuídas a fatores como a falta de informação dos agricultores sobre essas oportunidades, bem como a má vontade dos

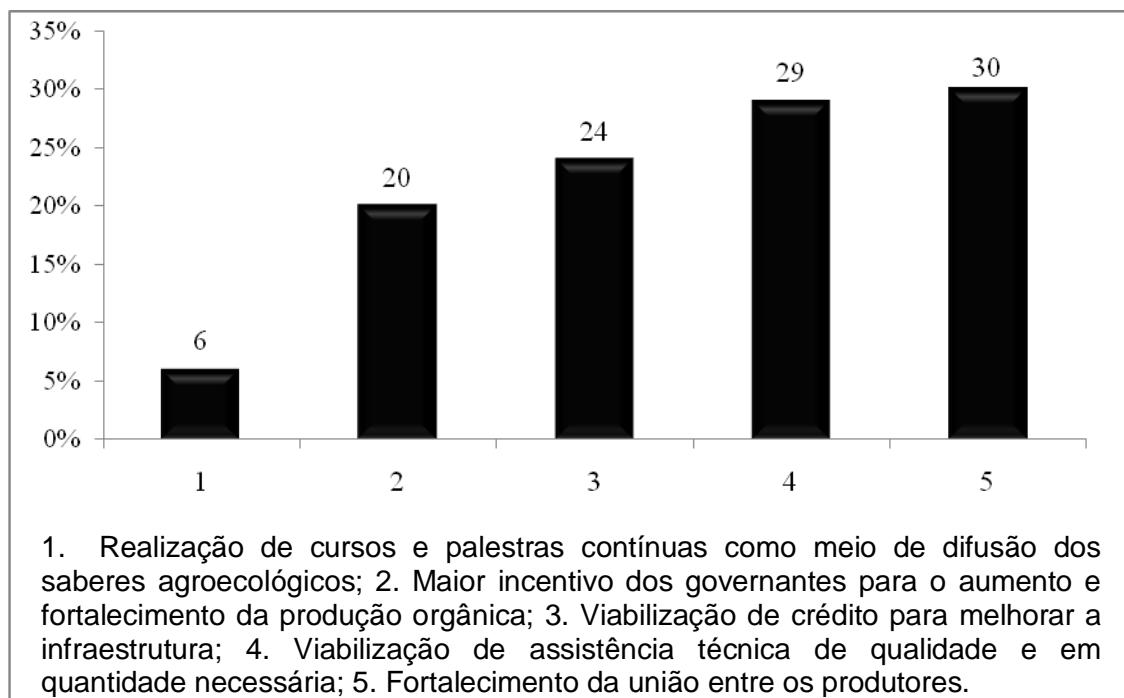
operadores de crédito para acionar sistemas que desconhecem, fazendo com que muitos produtores açãoem mecanismos convencionais de financiamento nas atividades agroecológicas.

A falta de assistência técnica ou sua atuação precária no Estado configura-se como um gargalo que tem implicado em alguns desdobramentos neste cenário. Desse modo, destaca-se a necessidade de maior informação entre os agricultores acerca das técnicas a serem adotadas, especialmente quanto ao controle eficiente de pragas e doenças. No entanto, também se admite a falta de pesquisas mediante o amplo conjunto de práticas e processos relativamente complexos quando se trata dos mais diversos agroecossistemas brasileiros. Diante dessa realidade, os agricultores acabam sendo os agentes mais onerados nesse processo ao saberem que, em muitos casos, sem acesso à informação, buscam gerenciar a produção a partir de tentativas empíricas, que acabam resultando em erros e acertos (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

Os estudos de Augusto e Sachuk (2007), concernentes às dificuldades enfrentadas pela agricultura orgânica no Estado do Paraná, revelam fatores como: falta de assistência técnica, escassez de pesquisa e divulgação sobre o assunto, falta de linhas de crédito especial, falta de planejamento da produção e de insumos, falta de sementes e mudas orgânicas, além da carência de trabalhadores rurais habilitados. Nesse sentido, Altmann e Oltramari (2004) e Finatto e Salamoni (2008) também apontam alguns fatores semelhantes, que se referem ao acesso de crédito, insumos, falta de mão de obra e necessidade por pesquisas.

Diante das dificuldades apontadas e apresentadas até aqui, questionou-se os agricultores a respeito das medidas necessárias que poderiam reverter este quadro. Algumas alternativas foram apontadas como emergenciais a fim de assegurar o fortalecimento da produção orgânica local (Figura 7), tais como: fortalecimento da união entre os agricultores (30%), viabilização de assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária (29%), viabilização de crédito para melhorar a infraestrutura (24%), maior incentivo dos governantes para o aumento e fortalecimento da produção orgânica (20%) e realização de cursos e palestras contínuas como meio de difusão dos saberes agroecológicos (6%).

Figura 7. Medidas a serem adotadas para o fortalecimento da produção orgânica, segundo a ótica dos agricultores de base familiar em Mato Grosso do Sul



Fonte: Resultados da pesquisa.

Como observado, existe uma grande necessidade entre os agricultores em melhorar as relações de cooperação. Dentre os relatos de alguns agricultores, a falta de união entre o grupo inviabiliza ações tais como: a aquisição de insumos em maior quantidade e melhores preços; reivindicações por melhores condições de estradas e transporte; o compartilhamento e socialização de informações úteis de manejo, sobretudo, a formação do capital social, entre outros aspectos. Dentre as principais medidas, também foram dadas outras sugestões importantes ao fortalecimento da agricultura orgânica por alguns produtores, como a criação de cursos técnicos e tecnológicos com foco agroecológico, aperfeiçoamento da produção de insumos nas propriedades, criação de ATER com foco agroecológico e investimento em pesquisas para descobrimento de novas técnicas agroecológicas. Além destas, também foi enfatizado sobre a necessidade de intensificação da implantação de barreiras pelos agricultores em virtude do carreamento de deriva de agrotóxicos para áreas de cultivo orgânico.

Para Bento et al. (2013), a criação de uma ATER com maior apropriação dos princípios agroecológicos, tanto por parte da entidade como de seus técnicos, poderia ser um meio capaz de gerar mudanças de paradigmas e consequentemente estimular o Estado a promover mudanças na agricultura, já que esta nova categoria tende a orientar para uma prática democrática, participativa e ambientalmente responsável por parte daqueles que trabalham em assistência técnica e extensão rural. Possivelmente, esta iniciativa pode amenizar parte das dificuldades sentidas pelos agricultores, já que a ausência de assistência técnica adequada pode desencadear uma série de problemas ao produtor que opte pela produção orgânica e que luta constantemente para se manter na atividade.

Segundo Lomanto Neto et al. (2009), em meio às dificuldades no âmbito da produção e comercialização por agricultores familiares no Município de Amargosa-BA, a prefeitura municipal estabeleceu parcerias para executar em 2007 o projeto “Sustentabilidade e Agroecologia: um novo padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá”. A partir deste projeto, diversas iniciativas foram geradas para proporcionar formações aos agricultores, fortalecimento do trabalho associativo, práticas coletivas, cursos, seminários, dias de campo, visitas a experiências exitosas etc. Embora tenham surgido alguns desafios durante esse processo implementado no Município de Amargosa-BA, inúmeros foram os pontos positivos gerados pelo projeto aos agricultores, assim como para os técnicos, que se apropriaram de metodologias participativas para o melhor desempenho nas trocas de experiências, das técnicas e experiências agroecológicas e agroflorestais.

Diante dos dados apresentados, percebeu-se ainda a existência de muitas dificuldades na cadeia da produção orgânica. Considerando gargalos como este, foi lançado recentemente, pela Presidência da República, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-Planapo-Brasil Agroecológico. Entre as iniciativas do plano, são destacadas ações de assistência técnica, ações voltadas para a qualidade dos insumos, formação de redes de ensino e pesquisa, bem como crédito agrícola, dentre outros (MDA, 2013).

A princípio, como todo o programa, as ideias são sempre muito boas e se fossem implementadas corretamente, resolveriam, em grande parte, muitos dos problemas acerca da agricultura orgânica no País. No entanto, como alguns produtores mencionaram durante a pesquisa, muitos ainda estão à margem e não são alcançados pelas políticas públicas, seja por falta de conhecimento ou documentação necessária da propriedade, ou seja, ainda há uma grande burocracia para que os agricultores acessem e se beneficiem dessas políticas públicas.

Em vista disso, faz-se importante que mudanças estruturais sejam primeiramente realizadas para que a agricultura orgânica avance no Estado de Mato Grosso do Sul e no País. Assim como o Brasil é considerado referência mundial no agronegócio por meio de vastos monocultivos, uso de altas tecnologias, bem como amplos investimentos, espera-se que as iniciativas de base agroecológica também se destaquem neste cenário e que a difusão destes saberes seja amplamente propagada entre comunidades e gerações.

4 CONCLUSÕES

A maioria dos agricultores orgânicos de base familiar em Mato Grosso do Sul tem idade entre 41 e 60 anos, representando (57%) do total, e os outros (53%) sequer concluíram o Ensino Fundamental.

A escolha pela agricultura orgânica deve-se principalmente ao interesse em consumir alimentos saudáveis (49%), bem como ao desejo de supressão do uso de agroquímicos nos agroecossistemas (19%). Em Mato Grosso do Sul, há boa diversidade de produtos oriundos da agricultura orgânica no âmbito da agricultura familiar, predominando hortaliças e frutas, sendo a maioria produzida em pequenas áreas.

A maior parte dos agricultores familiares vem atuando na agricultura de base agroecológica a partir dos últimos cinco anos. Mais de (50%) deles destinam até um (1) ha de suas áreas para as práticas agrícolas com esse foco. No entanto, a

possibilidade de melhorias na renda, seguida pela alta demanda do mercado, são os principais elementos motivadores ao aumento da produção orgânica, além de que uma maioria expressiva de agricultores considera o custo de produção do sistema orgânico inferior ao sistema convencional.

Um número expressivo de agricultores orgânicos não é atendido pela assistência técnica em Mato Grosso do Sul, e também não estão vinculados a entidades de caráter associativo ou cooperativo voltadas à produção orgânica/agroecológica no Estado.

As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores de base familiar em Mato Grosso do Sul na produção orgânica são: falta de recursos financeiros para investimentos (32%) e dificuldade no controle de pragas e doenças (29%).

Nesse contexto, as principais medidas a serem adotadas para o fortalecimento da produção orgânica, segundo a ótica dos agricultores de base familiar em Mato Grosso do Sul são: o fortalecimento da união entre os produtores (30%) e viabilização de assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária (29%).

Em suma, a integração de vários esforços com o propósito de apoiar e difundir a agricultura orgânica destaca-se como um fator crucial a fim de conquistar o avanço desse segmento. Para tanto, políticas públicas, sobretudo programas de valorização e apoio efetivo aos agricultores orgânicos, têm papel fundamental nesse processo e potencial para mudar a realidade de penúria de muitos agricultores orgânicos no Estado de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. V. et al. Percepção ambiental e uso do solo por agricultores de sistemas orgânicos e convencionais na Chapada da Ibiapaba, Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 2, p. 217-236, 2013.

ALTMANN, R.; OLTRAMARI, A. C. *A agricultura orgânica na região da Grande Florianópolis: indicadores de desenvolvimento*. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004. 181p.

ANDRADE, L. P. et al. Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia em Mato Grosso do Sul: formação de profissionais para harmonizar o desenvolvimento à conservação e melhoria ambiental. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 3, 2010, Corumbá, Anais... Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2010. 1 CD-ROM.

ANDRADE, A. J. P.; SOUZA, C. R.; SILVA, N. M. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura Familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. *Campo - Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 8, n. 15, p. 1-30, 2013.

AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 47, Porto Alegre/RS, 2009.

AUGUSTO, C. A.; SACHUK, M. I. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. *Caderno de Administração*, v. 15, n. 2, p. 9-18. 2007.

BAILEY, K. *Methods of social research*. New York: The Free Press, 1994.

BARROS, J. D. S.; SILVA, M. F. P. Práticas agrícolas sustentáveis como alternativas ao modelo hegemônico de produção agrícola. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v.4, n. 2. 2010.

BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 1 ed. Florianópolis: UFSC, 1994.

BASTIAN, L.; DAL SOGLIO, F. A Adesão às Práticas Agroecológicas e as Motivações para a Transição Agroecológica: Noções de Agricultores Familiares de Campinhos município de Roca Sales – RS. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, 2009.

BENTO et al. Extensão Rural Agroecológica (ERA): a importância da Associação Cristã de Base (ACB) no desenvolvimento rural sustentável da região do Cariri Cearense. In: ENCONTRO REGIONAL DA SOBER, 8., 2013, Parnaíba. *Anais...* Parnaíba: UFP, 2013. p. 1-20.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 06 fev. 2014a.

BRASIL. Lei Nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm> Acesso em: 27 jan. 2014b.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 18, n. 3, p. 69-10, 2001.

CHALUB-MARTINS, L.; SANTOS, S. P. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 2, p. 469-483, 2012.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. *Texto para Discussão* (IPEA. Brasília), v. 1510, p. 7-40, 2010.

DAROLT, M. R. *Agricultura orgânica: inventando o futuro*. Londrina: IAPAR, 2002. 250 p.

DELLA LUCIA, S. M. et al. Fatores da embalagem de café orgânico torrado e moído na intenção de compra do consumidor. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 27, n. 3, 2007.

DONADELLI, A.; KANO, C.; FERNANDES JUNIOR, F. Estudo de caso: Análise econômica entre o custo de produção de morango orgânico e convencional. *Pesquisa & Tecnologia*, v. 9, n. 2, 2012.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS. *Sociedade & natureza*, v. 20, p. 199-217, 2008.

FLORES, J. C. O. et al. Características sociais dos produtores orgânicos da ABIO no estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, n. 7, p. 141-158, 2009.

FREITAS, J. C. *Agricultura Sustentável: Uma análise comparativa dos fatores de produção entre Agricultura Orgânica e Agricultura Convencional*. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. P. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, R. R.; MESQUISTA, H. A. Agroecologia x agronegócio: crises e convivências. *Espaço em Revista*, v. 12, n. 2, 2010.

GUIMARÃES, L. T.; TURETTA, A. P. D.; COUTINHO, H. L. C. Uma proposta para avaliar a sustentabilidade da expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 2, p. 313-327, 2010.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Brasília: 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/defaulit.shtml>> Acesso em: 20 jun. 2013.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 30 jan. 2014.

KAHWAGE, C. Campesinato e capital social comunitário em Igarapé-Açu. In: COSTA, F. A; HURTENNE, T.; KAHWAGE, C. (Org.). *Inovação e difusão tecnológica para Sustentabilidade na Agricultura familiar na Amazônia Oriental: Resultados e implicações do projeto SHIFT Socioeconomia*. Belém: UFPA/NAEA, p. 225-262, 2006.

KHATOUNIAN, C.A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KOMORI, O. M. et al. Núcleo de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 1, p. 1746-1749, 2007.

KOMORI, O. M et al. Sistema Participativo de Garantia: caminhos percorridos pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. *Cadernos de Agroecologia*, v. 7, n. 2, 2012.

LOMANTO NETO, R. Sustentabilidade e Agroecologia: um Novo Padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, 2009.

LOMBA, R M.; SILVA, I. C.; FILOCRAO, A. S. M. Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar do Estado do Amapá, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14, 2013, Lima. Articulos e Ponencias. Lima: UGI, 2013.

LOSS, A. T.; ROMAGNHA, M. J. F. Benefícios e desafios da agricultura orgânica no município de Santa Teresa, ES: um estudo de caso. *Natureza*, v. 6, n. 2, p. 79-85. 2008.

LUZ, J. M. Q. et al. Comparação dos sistemas de produção de tomate convencional e orgânico em cultivo protegido. *Bioscience Journal*, v. 23, n. 2, p. 7-15, 2007.

MARTINEZ, F. L.; FERREIRA, A. I. *Análise de Dados com SPSS: Primeiros Passos*. Lisboa: Escolar Editora, 2007.

MARTINEZ, E. A.; PEIL, R. M. N. Caracterização da comercialização e da diversidade da produção dos agricultores familiares associados à Cooperativa Sul Ecológica. *Revista Brasileira de Agrociência*, v. 16, n.1-4, p. 149-152, 2010.

MAZZOLENI, E. M. NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006.

MEIRA, S. G.; CANDIOTTO, L. Z. P. Organização de Produtores Orgânicos de Francisco Beltrão-Pr e da Associação de Produtores Agroecológicos de Verê - PR. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, 2009.

MELO, J. F.; CARDOSO, L. R. Pensar o ensino de ciências e o campo a partir da agroecologia: uma experiência com alunos do sertão sergipano. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 6, n. 1, p. 37-48, 2011.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*. 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/planapo>> Acesso em: 27 jan. 2014.

NAZZARI, R. K. et al. Agricultura familiar e a ruralidade No oeste do paraná: Capital social e cooperativismo. In: NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; BRANDALISE, L. T. (Org.). *Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no oeste do Paraná*. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, p. 137-163, 2007.

NEVES, V. C. et al. Núcleo de Agroecologia Itamarati. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 2., 2008, Dourados. Anais... Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2008. 1 CD-ROM.

PADOVAN, M. P et al. A Agroecologia no Estado de Mato Grosso do Sul. In: PADOVAN, M. P; et al. (Org.). *Agroecologia em Mato Grosso do Sul: Princípios, Fundamentos e Experiências*. 2. ed. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, p. 121-127, 2005.

PARRY, M. et al. Feiras orgânicas: um estímulo ao aumento da produção de produtos seguros. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, 2013.

PEDROSA, R. A; KOMORI, O. M. Núcleo de Agroecologia Ivinhema: ATER diferenciada valorizando saberes, conhecimentos e experiências no Território do Vale do Ivinhema, MS. *Cadernos de Agroecologia*, v. 5, n. 1, 2010.

PIRES, M. L. L. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, J. R. T. (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. Recife: Bagaço, 2003.

RAMOS, M. B. et al. A Agroecologia na Escola Família Agrícola de Itaquiraí, em Mato Grosso do Sul. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 2., 2008, Dourados. *Anais...* Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2008. 1 CD-ROM.

ROSSETTI, E. K.; DE BEM, J. S. A Agroecologia no Estado do RS: perspectivas e resultados no Rio Grande do Sul (2002 a 2004). In: SEMINARIO INTERNACIONAL E CICLO DE VIDEOCONFERÊNCIAS: "RESOLUÇÕES DE CONFLITOS AMBIENTAIS", 4, 2006, Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20Agroecologia%20no%20Estado%20do%20RS.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2013.

SANGALLI, A. R. SCHLINDWEIN, M. M. Desafios da agricultura familiar: deficiências e potencialidades de desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul. *ORG & DEMO*, v. 14, n. 2, p. 7-28, 2013.

SANTOS, G. C.; MONTEIRO, G. Sistema orgânico de produção de alimentos. *Alimento & Nutrição*, v. 15, n. 1, p. 73-86, 2004.

SAQUET, A. M. Agricultura familiar em Itapejara D'Oeste – PR. *Revista da ANPEGE*, v. 6, n. 2, p. 43-57, 2010.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Desafios dos agricultores familiares nas comunidades rurais Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO). *Revista Formação Online*, v. 2, n. 19, p. 32-50, 2012.

SILVA, B. C. D; COSTA, A. E. D. Diagnóstico sócio-produtivo dos agricultores familiares cooperados à cooperativa da agricultura familiar do território do recôncavo da Bahia – COOAFATRE. *Magistra*, v. 24, n. 2, p. 151-159, 2012.

SOUZA A. P. O.; ALCÂNTARA, R. L. C. Alimentos orgânicos: estratégias para o desenvolvimento do mercado. In: NEVES M. F.; CASTRO, L. T. (Org.). *Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos*. São Paulo: Atlas; 2003.

SOUZA, J. L.; GARCIA, R. D.C. Custos e rentabilidades na produção de hortaliças orgânicas convencionais no estado do Espírito Santo. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável*, v. 3, n. 1, p. 11-24, 2013.

STORCH, G. et al. Caracterização de um grupo de produtores agroecológicos do Sul do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Agrociência*, v. 10, n. 3, p. 357-362, 2004.

TEIXEIRA, S. S. et al. Caracterização da produção agroecológica do sul do Rio Grande do Sul e sua relação com a mecanização agrícola. *Engenharia Agrícola*, v. 29, n.1. 2009.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. *Informações Econômicas*, v. 39, n. 11. 2009.

TIVELLI, S. W. Orgânicos são caros. Por quê? *Revista Pesquisa & Tecnologia*, p. 1-15, 22 maio, 2012.

VÁSQUEZ, S. F.; BARROS, J. D. S.; SILVA, M. F. P. Agricultura orgânica: caracterização do seu produtor na cidade de Cajazeiras-PB. *Revista Verde*, v. 3, n. 2, p. 87-97, 2008.

VILLAS BOAS, L. H. B. et al. Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da teoria da cadeia de meios e fins. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 8, n. 1, 2006.

WEID, J. M. V. D. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. *Agriculturas*, v. 3, n. 1, 2006.

WOLLNI, M.; ANDERSSON, C. Spatial patterns of organic agriculture adoption: Evidence from Honduras. *Ecological Economics*, v. 97, p. 120-128, 2014.

Milton Parron Padovan. Biólogo, doutor em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Pesquisador na Embrapa Agropecuária Oeste, Dourados, MS, Rodovia Br 163, km 253, CEP: 79804-970 - Dourados, MS - Brasil - Caixa-Postal: 661. milton.padovan@embrapa.br

Juliana Benites Padua Gomes. Contadora, mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Endereço: Rodovia Dourados, Itahum, Km 12 - 79804-970 CX Postal 183, Dourados – MS. julianagomes@uems.br

Denise Soares da Silva Padovan. Historiadora, mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Gestora Socioorganizacional Rural na AGRAER/Agência de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – AADS. denisesspadovan@yahoo.com.br

Submetido em: 23/10/2014

Aprovado em: 10/03/2016